

**HABEAS CORPUS Nº 557.425 - SP (2020/0008065-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : JOSE ALBERTO ROMANO  
**ADVOGADO** : JOSÉ ALBERTO ROMANO - SP203514  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : A R DE A (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PLEITO DE PRISÃO DOMICILIAR. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A *QUO* DE REITERAÇÃO DE PEDIDO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE EXAMINAR A QUESTÃO NESTE *WRIT*. MATÉRIA JÁ APRECIADA NOS AUTOS DO HC N.º 557.425/SP. SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de A. R. DE A. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2246206-93.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi preso em flagrante no dia 29/04/2019 e denunciado pela suposta prática do delito descrito no art. 217-A (por duas vezes), c.c. o art. 69, ambos do Código Penal, na forma da Lei n.º 11.340/2006. Homologado o flagrante, este foi convertido em prisão preventiva.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que não conheceu a ordem (fls. 23-25).

No presente *habeas corpus*, o Impetrante pleiteia a concessão da prisão domiciliar em favor do Paciente, sob a alegação de que é portador de surdez, aneurisma cerebral, pressão alta, entre outras enfermidades, possui 74 anos, e que a Unidade Prisional em que se encontra não contém a mínima condição de abrigá-lo. Aduz, ainda, excesso de prazo na formação da culpa.

Requer, inclusive liminarmente, a imediata soltura do Paciente.

O pedido liminar foi indeferido pelo Exmo. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, no recesso forense (fls.

28-29).

As informações foram prestadas às fls. 32-50.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* ou, caso conhecido, pela denegação da ordem (fls. 55-63).

Em petições de fls. 67-75 e 79-100, a Defesa postula a revogação da prisão do Requerente, com a imediata expedição de alvará de soltura, em razão da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus.

É o relatório. Decido.

O pleito de concessão de prisão domiciliar não foi debatida pela Corte estadual.

Com efeito, acerca do tema em comento, o Tribunal a quo não conheceu da impetração originária, por entender que se trata de reiteração de pedido anterior, já apreciado por aquele Sodalício, como se vê do seguinte trecho do aresto atacado (fl. 25):

"[...]

*Com efeito, destaca-se que, recentemente, foi julgado e indeferido o Habeas Corpus nº 2120487-04.2019.8.26.0000, por esta Colenda Câmara, onde já restara apreciada e denegada toda a matéria ora aventada (possibilidade de revogação da prisão preventiva, ou aplicação das benesses da Lei nº 12.403/2011). Ali ficou reconhecida a legalidade da decisão da autoridade tida como coatora, pela manutenção da prisão cautelar, em mais de uma oportunidade. Com isso, neste julgamento se desconhece o referido pedido, eis que apenas renovado e idêntico àquele. Maiores considerações mostram-se despiciendas.*

*Ante o exposto, não se conhece do pedido de habeas corpus."*

Ademais, a questão já foi resolvida nos autos do HC n.º 532.149/SP, também impetrado em favor do ora Paciente, o que impede o conhecimento deste *writ*, em razão da indevida reiteração de pedido.

De outra parte, constato que o suposto excesso de prazo na formação da culpa não foi analisada pelo Tribunal *a quo*, razão pela qual não pode ser examinada pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

Por fim, quanto aos pedidos de fls. 67-75 e 79-100, cabe destacar que o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão preventiva visando preservar a saúde do preso **é o responsável pela expedição do mandado de prisão**, sobretudo no caso, em que não foi comprovado o real estado de saúde do Paciente,

# *Superior Tribunal de Justiça*

tampouco as condições do estabelecimento prisional.

A Controvérsia, aliás, demanda incursão na seara fático-probatória, insuscetível de realização na estreita via do *habeas corpus*. Se não bastasse, esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre a excepcional situação superveniente, sob pena de dupla supressão de instância.

O pedido deve, portanto, ser dirigido ao Juízo de primeiro grau, a fim de que seja reavaliada a necessidade da custódia nos termos da Recomendação n.º 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora